

v. 1, n. 1 , jan./abr. 2020

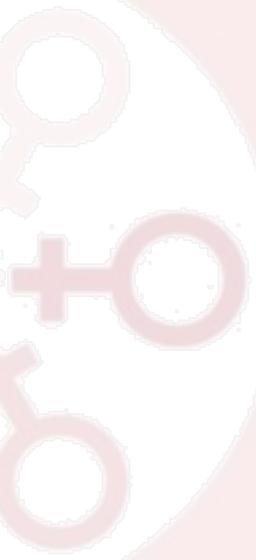
Revista Instituto
POLÍTICA
por.de.para
MULHERES



Instituto Política *por.de.para* Mulheres

Para

MULHERES



SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E *LAWFARE*: UMA ANÁLISE DOS CASOS DILMA ROUSSEFF E CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

GENDER VIOLENCE AND LAWFARE: AN ANALYSIS OF THE CASES DILMA ROUSSEFF AND CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

Indiana Rocío Azar e Luiza Tavares da Motta.....11-32

OS DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NO INTRAMUROS PARTIDÁRIO

THE CHALLENGES OF WOMEN'S REPRESENTATIVITY ON THE WALLS WITHIN THE POLITICAL PARTY

Wagner Luiz Zacliffevis e Ana Claudia Santano.....33-54

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COMO CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UM DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

POLITICAL PARTICIPATION OF WOMEN AS A FUNDAMENTAL CONDITION FOR SUSTAINABLE HUMAN DEVELOPMENT THE CASE OF THE BRAZILIAN NORTHEAST

Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab.....57-76

ENTRE AS GRADES: O SER MULHER EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

AMONG THE GRATES: THE WOMAN IN DEPRIVATION OF FREEDOM

Milena Popadiuk, Jaqueline Fatima Previatti Veiga e Adriana Moro.....77-96

SUMÁRIO / CONTENTS

“NA HORA DE FAZER FOI BOM, NÉ? ENTÃO AGORA AGUENTA” – VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA, EDUCAÇÃO CRÍTICA E NARRATIVAS DE PELE

*“AT THE TIME OF DOING IT WAS GOOD, WELL? THEN NOW TAKE IT” –
OBSTETRIC VIOLENCE, CRITICAL EDUCATION AND SKIN NARRATIVES*

Josélia Gomes Neves, Gisele de Oliveira e Claudia Regina Abreu.....99-119

DECISÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS PARA UMA APROXIMAÇÃO DO CUIDADO REALIZADO POR MULHERES NAS CASAS-LARES

*THEORETICAL METHODOLOGICAL DECISIONS FOR AN APPROACH OF
CARE PERFORMED BY WOMEN IN CHILDREN'S CARE HOME*

Ana Maria Silvello Pereira e Marlene Tamanini.....121-142

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NO BANCO DOS RÉUS: O JULGAMENTO DO JÚRI NA PROVÍNCIA DE CÓRDOBA - ARGENTINA

*VIOLENCES AGAINST WOMEN ON THE DEFENDANT: THE JUDGMENT OF
THE
JURY IN CORDOBA PROVINCE - ARGENTINA*

Natalina Stamile e Carlos Martín Villanueva.....145-177

GÊNERO E AGROECOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

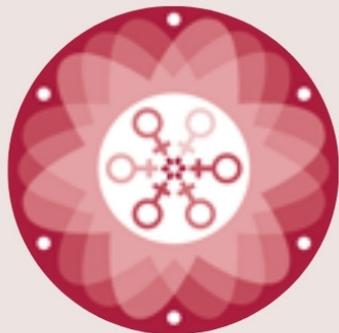
*GENDER AND AGROECOLOGY: THE IMPORTANCE OF WOMEN FROM THE
FIELD, WATER AND FORESTS FOR THE PRODUCTION OF HEALTHY FOODS*

Katya Regina Isaguirre-Torres e Aline Maria dos Santos Silva.....157-177

UMA ANÁLISE FEMINISTA DA INJUSTIÇA EM CASOS DE ATRIBUIÇÃO DE AUTORIDADE EPISTÊMICA

*A FEMINIST ANALYSIS OF INJUSTICE IN CASES OF ASSIGNMENT OF
EPISTEMIC AUTHORITY*

Patricia Ketzer.....157-177



Decisões teórico metodológicas para uma aproximação do cuidado realizado por mulheres nas casas-lares

Theoretical methodological decisions for an approach of care performed by women in care children's care home

Ana Maria Silvello Pereira *

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
ansilvello@gmail.com

Marlene Tamanini **

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
tamaniniufpr@gmail.com

Recebido/Received: 15.12.2019/ December 15th, 2019

Aprovado/Approved: 08.01.2020/ January 8th, 2020

1. Introdução

Trata-se de uma pesquisa de doutorado e que se escreve a duas mãos, mas que mantém a primeira voz da narrativa, como é a proposta epistêmica e metodologia feminista. Esse artigo tem o propósito de analisar os caminhos assumidos para entrar neste campo epistemológico e compreender como é o cuidado, conforme exercido nas casas lares. Para melhor conhecer as este ambiente e como se constituem em nosso contexto de

Como citar este artigo/How to cite this article: PEREIRA, Ana Maria Silvello; TAMANINI, Marlene. Decisões teórico metodológicas para uma aproximação do cuidado realizado por mulheres nas casas-lares. *Revista Instituto Política por.de.para Mulheres*, Curitiba, v.1, n.1, p. 121-142, jan./abr. 2020.

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - linha de pesquisa: Cultura e Sociabilidades. Eixo Temático: Gênero, Corpo, Sexualidade, Saúde (2017-2020). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2013). Professora do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Terapia Ocupacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1981). E-mail: ansilvello@gmail.com.

** Pós-doutorado (março/2010 - fevereiro /2011) junto a Universidade de Barcelona Espanha, com bolsa aprovada pela CAPES. Doutorado em Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado sanduíche no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS/França em 2003). Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997). Possui graduação em ciências sociais e políticas pela Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (1992). Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR e atualmente é vice-coordenadora do Programa de Pós Graduação em Sociologia de 2016 a 2018 e de 2018 A 2020. E-mail: tamaniniufpr@gmail.com.



análise do cuidado e também as experiências das cuidadoras residentes, que são as responsáveis pelos cuidados diários e diretos de crianças e adolescentes farei um breve histórico do acolhimento infantil no Brasil. Demonstrarei como se chegou à essa atual forma de acolher e cuidar daqueles que por algum motivo foram afastados de seus pais ou responsáveis, e como as cuidadoras ocupam esse lugar. Quando atualmente falamos de casas-lares vale ressaltar que essa modalidade de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social vem se contrapondo às antigas instituições fechadas denominadas até o final da década de 1980 de “internato de menores” ou “orfanato” que funcionavam no modelo asilar, embora a maioria daquelas crianças tivessem famílias.

As justificativas para o encaminhamento de crianças e adolescentes para esses internatos estavam pautadas na ideia de prevenir ou corrigir os desajustados, promovendo a “limpeza das ruas das principais capitais brasileiras”, e ao fato de que as famílias empobrecidas eram vistas como incapazes de educar seus filhos. Na década de 80, com a abertura política e o fortalecimento dos movimentos sociais em favor dos direitos da criança e do adolescente, foi questionada a noção de irregularidade atribuída à classe empobrecida, e conseqüentemente, a noção de desajustamento que justificava a retirada dessas crianças de suas famílias para encaminhá-las ao internamento. Com a aprovação da Constituição de 1988, o país firmou compromisso com a promoção de desenvolvimento humano e social e assegurou absoluta prioridade aos direitos das crianças e dos adolescentes, cabendo à família, sociedade e Estado o dever de protegê-los contra qualquer forma de abuso.

As discussões e pesquisas sobre as condições da criança e a luta pela defesa dos seus direitos foram favorecidas pela instituição em 1978 do Ano Internacional da Criança, que culminou com a elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), aprovado pela Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990¹, quando as crianças e adolescentes passam a ser sujeitos de direitos e deveres. A nova lei tenta romper com a institucionalização e com as antigas práticas repressivas e violentas, no que pese ao fato, de que quase depois de três décadas de existência do ECA, ainda existam instituições que seguem os antigos modelos de atendimento a crianças e a adolescentes e se utilizem de práticas repressivas e violentas como medida disciplinar.

¹ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* Diário Oficial da União. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2004.

2. Conhecendo as casas lares

A proposta das casas-lares vem como uma medida protetiva para aqueles e aquelas que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Essas casas podem abrigar até 10 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, incluindo os filhos da cuidadora responsável, e a sua organização busca se aproximar ao máximo de uma rotina familiar. De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA/CNAS² esse é um dos serviços de acolhimento que integra os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS³ podendo ser de natureza público-estatal ou não estatal e deve pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esse serviço garante moradia, alimentação, higienização às crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça e necessitam ser retirados provisoriamente de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Os cuidados relacionados à alimentação como preparar e participar das refeições juntamente com as crianças, destaca-se que esta situação não ocorria anteriormente nas antigas instituições, mas agora é uma prática vivenciada coletiva e exercitada. Atua com ensinamentos de asseio e quando necessário pode auxiliar na higiene corporal, em práticas de organização do tempo e tarefas acompanha as rotinas para que as crianças possam autoadministrar as atividades do dia a dia cumprindo com as responsabilidades os deveres. De modo ilustrativo são estas algumas das funções rotineiras dessas mulheres cuidadora.

Além dessas tarefas, as cuidadoras se ocupam de favorecer a convivência entre as crianças e adolescentes da casa-lar explicando a proposta de acolhimento provisória daquele espaço. Orienta, auxilia e ajuda nas possíveis dificuldades encontradas, de maneira acolhedora, principalmente no momento da chegada, pois muitos desconhecem ou não aceitam os motivos e as razões de estarem ali. Acolher, abraçar, ouvir as angústias,

² BRASIL. *Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. CNAS/CONANDA. Brasília/DF, 2009

³ Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS com a proposta de concretizar os direitos assegurados na Constituição Federal (1988) e na Lei Orgânica de Assistência Social (1993). A PNAS organiza a matriz de funcionamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

os sentimentos de medo, insegurança, tristeza também fazem parte do cotidiano de cuidado dessas mulheres.

O meu interesse em pesquisar as casas lares, se constrói principalmente pelo fato de que essa forma de acolhimento requer que as cuidadoras residam nas casas, juntamente com as crianças e adolescentes acolhidas. Essas mulheres escolheram e decidiram com a participação dos seus familiares, marido e filhos, a deixar suas residências para morar e cuidar de outras crianças e adolescentes, que irão conviver com seus próprios filhos. Ainda se em alguns casos, o marido permaneça morando na residência do casal durante o período em que sua esposa/cuidadora trabalha e reside na casa-lar. Ressalto que usarei cuidadoras no feminino porque na maioria das vezes, são mulheres que desempenham essa ocupação regulamentada desde o ano de 1987⁴. Em 2009 foi incluído nessa lei o pai como cuidador, porém na minha experiência profissional observei somente um caso de contratação do pai cuidador e a pesquisa bibliográfica mostrou que o trabalho de cuidar nesse contexto é desempenhado basicamente por mulheres, apesar da inclusão do pai. Assim, minhas primeiras indagações diante das observações desse campo do cuidado foram: O que faziam essas mulheres antes de serem cuidadoras? O que pensam sobre o cuidado?

Durante minha pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Educação pude analisar que essas mulheres antes de serem cuidadoras, viveram experiências profissionais como vendedoras de lojas, operadoras de telemarketing, empregadas domésticas e como diaristas. A respeito das experiências profissionais relacionadas ao trabalho de cuidar, todas já tinham cuidado de crianças e idosos institucionalizados antes, e, além disso, cuidaram de pessoas idosas e de crianças concomitantemente às suas tarefas de empregadas domésticas e/ou como diaristas. Todas as mulheres entrevistadas nessa pesquisa acima citada, entendiam que o trabalho de cuidar que desenvolveram era acima de tudo “amor”. O trabalho do *care* geralmente é definido como um trabalho ligado ao amor, contudo, para nos ajudar a desfazer essa associação única, Pascale Molinier⁵ distingue *care* do amor, da amizade, da simpatia, e nos ajuda a pensar na forma como esse cuidado está ligado a um trabalho. Ela compreende o *care* como uma “resposta adequada à fragilidade do outro que é mobilizada em situações em

⁴ Lei n. 7.644, de 18 de dezembro de 1987.

⁵ MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do *care*. In: *Cuidado e cuidadoras*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 32

que estão envolvidas interações e onde o provedor de *care* sente-se investido de uma responsabilidade”. Essa perspectiva permite afastar a associação única entre *care* e amor, e possibilita incluir outros sentimentos como a generosidade e o tato.

Ainda pensando no cuidar geralmente definido como um trabalho de amor, a socióloga Viviana Zelizer⁶ resalta que é perfeitamente possível coexistir de modo frutífero o *care* e a remuneração, ou seja, podemos analisar o trabalho de cuidar como um trabalho de amor e ao mesmo tempo como um trabalho remunerado. Seguindo o desafio de analisar as casas lares, apresento como os seus espaços físicos são organizados para melhor compreender esse contexto de cuidado a que estou me reportando. No caso da contratação das mulheres casadas é disponibilizado um quarto com cama de casal para acomodar o companheiro e os filhos pequenos do casal. Em se tratando dos filhos maiores, eles são acomodados juntamente com as outras crianças nos respectivos quartos dos meninos e das meninas. A infraestrutura e espaços mínimos sugeridos para cada casa-lar encontram-se no documento que trata das *Orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento a Crianças e Adolescentes* de 2009.

Ressalto que estamos pensando na contratação somente da cuidadora, pois é possível que o casal⁷ seja contratado, porém é menos frequente. Na primeira situação, o marido mantém suas atividades profissionais fora e retorna diariamente à casa-lar. Durante os momentos em que ele permanece na casa, principalmente nos finais de semana, ele interage com seus filhos juntamente com as crianças acolhidas, e participa de algumas atividades da rotina doméstica como do preparo das refeições, almoço e jantar, das atividades de lazer, como assistir filmes na televisão, jogar futebol ou vôlei, passear nos parques da cidade, etc. Da mesma forma, os filhos do casal participam juntamente com as outras crianças da rotina doméstica, dentre elas: frequentar a escola, as atividades extracurriculares como futebol, natação, judô, as consultas médicas e odontológicas. Observando a participação do marido da cuidadora nas atividades domésticas e de lazer, em algumas casas lares, pois não ocorre na maioria delas, podemos perceber nesses casos,

⁶ ZELIZER, Viviana. A economia do care. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391, set./dez. 2010.

⁷ O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

a desnaturalização do cuidado, ou seja, a responsabilidade de cuidar está sendo compartilhada entre a cuidadora, esposo e filhos do casal e não está sendo compreendida como uma tarefa essencialmente feminina, embora nem sempre sua concepção essencializada em termos do seu ponto de partida conceitual, se desnaturalize por causa disso.

Para discutir esse ponto recorro a Tronto⁸ que analisa como o cuidar é visto em nossa sociedade e o quanto essa atividade é pensada como intrínseca à vida das mulheres. Ela contesta o roteiro tradicional de que os homens se preocupam em cuidar do trabalho que realizam buscando o progresso e o sustento da família, e as mulheres cuidam diretamente de suas famílias, vizinhos e amigos. Esse roteiro tradicional de cuidados decreta a divisão entre o mundo masculino e as consideradas preocupações dos homens como sendo mais públicas e sociais, e o mundo feminino, ligado à atividade de cuidar dos outros, como privado. A autora defende uma abordagem feminista do cuidar, contrária à feminização essencializada do feminino e, propõe que se repense esse cuidar em termos de reestruturação de instituições públicas e sociais tornando o cuidar parte mais central da vida de todas as pessoas e de todos os dias em nossa sociedade. Conhecendo brevemente as casas-lares apresento os caminhos assumidos para entrar no campo da epistemologia feminista.

3. Meus caminhos e minhas aproximações ao tema

O princípio metodológico da tese é a pesquisa qualitativa que me possibilita conhecer a respeito de cuidados voltados para os sentidos, as relações, as práticas cotidianas, as expectativas de vida e, me aproxima de uma relação empática com a escolha do tema, com seu recorte empírico e com uma construção que é parte significativa de minha própria trajetória e envolvimento com as indagações e preocupações sociais, institucionais e políticas relativas ao tema do cuidado nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Mas também me insere no que autoras como Carol Gilligan, Joan Tronto, Pascale Molinier, Viviana Zelizer, Helena Hirata definem por cuidado.

⁸ TRONTO, J. C. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: Bordo, Susan, JAGGAR, Alison. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

A noção de cuidado foi introduzida em 1982 nos meios acadêmicos, com a publicação nos Estados Unidos, do livro *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* da pensadora feminista Carol Gilligan. A partir 2008 quando seu livro foi republicado na França, Pascale Molinier, Sandra Laugier e Patrícia Paperman encabeçaram a discussão sobre a noção de cuidado. Esse debate acompanhou a discussão sobre o cuidado que acontecia no mundo, no sentido de pensar quem cuidará daqueles que precisam de cuidados (crianças, idosos, doentes, descapacitados), considerando que as mulheres estavam ocupando cada vez mais os espaços públicos, e não somente os espaços privados.

A cientista política Joan Tronto⁹ analisa que não há um consenso entre os estudiosos sobre o significado de cuidado e, para a maioria, o cuidado é o “trabalho do amor”, no “qual uma atividade privada e íntima é feita em um estado emocional particular”. Ao analisar as definições de cuidado, a autora concorda com a ideia de cuidado que envolva disposição e ação, atitudes, altruísmo, alteridade, compaixão, reconhecimento, porém, ressalta que, além disso, o cuidado requer responsabilidade em fazer bem feito o trabalho de cuidar, para suprir as necessidades do outro e o mais importante tem uma dimensão política.

Viviana Zelizer¹⁰ entende o cuidado desde a atenção recebida de uma manicure num salão de beleza até a “dedicação de um velho empregado”. Para essa autora, as relações de *care* incluem “qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que vise melhorar o bem estar daquela ou daquele que é seu objeto”. No Brasil, a palavra “cuidado” é mais utilizada como atitude e o verbo “cuidar” designa a ação; o que na visão de Guimarães, Hirata e Sugita¹¹ traduz melhor a palavra *care*. As noções de “cuidar” ou de “tomar conta” (aspas das autoras) são expressões usadas no dia a dia e designam “ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas”, porém difusas no seu significado prático. As atividades de cuidar da casa ou tomar conta da casa, cuidar das crianças ou tomar conta das crianças, cuidar do marido, cuidar dos pais tem sido realizada por agentes femininos e subalternos o que tem sido relacionado com a subordinação inicialmente dos escravos, mulheres brancas ou negras.

⁹ TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: O que as feministas..., p. 286.

¹⁰ ZELIZER, Viviana. A economia do care. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, set./dez. 2010, p. 380.

¹¹ HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. (Org.). *Cuidado e cuidadoras*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 82.

Na pesquisa, esse lugar do cotidiano como o lugar da experiência das mulheres e dos significados do cuidado, conforme vivido por elas é minha preocupação principal, aspecto que seguramente, não poderia ser tratado sem considerar, as representações, as narrativas e as interpretações de sentido que a tradição qualitativa e a perspectiva de gênero como categoria da análise¹² permitem construir. Deste modo analiso o conteúdo das experiências das mulheres cuidadoras¹³ que trabalham em casas-lares administradas por Organizações Não-Governamentais na cidade de Curitiba. A principal atividade realizada por essas mulheres é o cuidado de crianças e adolescentes que foram acolhidos em casas-lares como medida de proteção e, além dessas atividades, elas são responsáveis por algumas das tarefas domésticas.

Molinier, Laugier e Paperman¹⁴ analisam a dificuldade de explicar e discutir o cuidado quando essa atividade geralmente é feita de forma silenciosa, sem palavras para não atrapalhar. Elas propõem romper com esse silêncio, colocando as palavras no conteúdo experiencial do *care*. Defendem que politizar o *care* é conceder uma autoridade à experiência das pessoas que realizam o trabalho desvalorizado de cuidar. Minha aproximação com esse campo do cuidado ocorreu antes de iniciar esta pesquisa, e ao observar o trabalho dessas cuidadoras, suas responsabilidades, suas seguranças e inseguranças, com sobrecargas física e emocional de trabalho, bem como, seu envolvimento com o lugar de onde cuidam dos seus filhos e dos filhos de outros, que não são seus filhos biológicos, e que elas dizem com orgulho: “cuido como se fossem meus” me trouxeram várias indagações sobre esse campo do cuidado.

Como poderia apreender questões subjetivas associadas com as motivações, os valores, os conflitos, as representações e ações dessas mulheres em relação a esse lugar do cuidado. O meu interesse se constituiu, mais no que a interlocutora/cuidadora sabe ou acredita saber sobre suas ações de cuidado, por ter vivido essa experiência, entendendo que o acesso à dimensão factual passa pela “mediação da subjetividade dos

¹² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez.1995, p. 85

¹³ Eram chamadas de mães sociais, cuja denominação foi substituída para evitar confusões entre as crianças e entre as cuidadoras e mães biológicas. Observa-se que, no dia a dia, esse termo ainda é utilizado entre as cuidadoras para se referirem umas às outras, apesar da insistência de gestores e equipe técnica em atualizar o uso do termo cuidadora.

¹⁴ MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia Paperman. *Qu'est ce que le "care" ? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Edition PAYOT, 2009.

entrevistados”¹⁵. Essa experiência do cuidado ocorre num determinado tempo e lugar – nas casas-lares – e envolve as relações das cuidadoras com as crianças/adolescentes e com suas respectivas famílias, relações com a equipe técnica da instituição, com a equipe de saúde da cidade/bairro, da escola, do judiciário, entre outras. O cuidado pesquisado é datado, contextualizado e relacionado. Ele oferece elementos para que seus conteúdos sejam analisados metodologicamente pela perspectiva de gênero. “Trata-se de dizer quanta força reflexiva e articulação heurística as diferentes compreensões de cuidado possuem, para transformar os conteúdos normativos que o envolvem em diferentes contextos e para considerar a diversidade de experiências empíricas, em seus âmbitos social, cultural, político, pessoal e simbólico”.¹⁶

O meu interesse pelo tema cuidado não se dá somente como pesquisadora e profissional, mas aqui inclui-se também o significado que o cuidado tem na minha vida e nas relações que estabeleço cotidianamente. É desse lugar de fala, que eu busco os conceitos de *posicionalidade e conhecimento situado* como aporte metodológico para pesquisar um tema tão imbricado com minha vida profissional e pessoal. O conceito de *conhecimento situado* no feminismo foi discutido por Haraway e Harding, dentre outras, “...la tematización de los conocimientos situados, es decir, de la perspectiva parcial que cristaliza en forma de conocimiento y se adjectiva como situada para marcar el rastro del sujeto - del momento sujeto”.¹⁷

Essa posicionalidade vem mostrar o lugar do qual estou falando e sua relação com os marcadores que construíram a minha visão de mundo e me fizeram o que sou hoje: mulher, branca, classe média, mãe, esposa, terapeuta ocupacional, estudante, professora universitária, cuidadora de pais idosos. Esse lugar está marcado pelo meu entendimento sobre as relações de cuidado e como eu as estabeleço com diferentes pessoas, e quais são os valores que agrego nessas relações, seja com familiares, com amigos e amigas, colegas, professores e professoras, alunos e alunas, pessoas com quem me envolvo numa relação profissional, entre outras. Essa posicionalidade se refere ao lugar de fala da pesquisadora e também à escolha de referenciais teóricos para a

¹⁵ PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 195.

¹⁶ TAMANINI, Marlene. Para uma metodologia do cuidado: teorias e políticas. In: TAMANINI et al. (Org). *O Cuidado em Cena*. Florianópolis: UDESC, 2018, p. 32

¹⁷ ADAN, Carme. *Feminismo y conocimiento: de la experiencia de las mujeres al Cíborg*. Galicia: Spiralisa ensaio, 2006. p. 170.

construção dessa tese. “Este escrito, portanto, não é neutro, [...] porque meu lugar é de quem se assume teoricamente dentro da crítica feminista, para visibilizar sujeitos múltiplos e lugares de narrativas às vezes esquecidas, ou que são construídas como tuteladas, menores, desnecessárias e dependentes, isto também ocorre para o construído da heterossexualidade quanto na patologização da homossexualidade”.¹⁸ É a partir desse lugar, como uma forma de ver o mundo que pretendo falar sobre o campo do cuidado realizado por outras mulheres.

3. O olhar pela epistemologia feminista como desafio de como analisar o campo

Reporto-me a crítica feminista à ciência para abrir espaço a discussão a respeito da não neutralidade da produção do conhecimento tão cara as obras das autoras como Sandra Harding, que produz sua desnaturalização à ciência moderna para mostrar como “a concepção iluminista negava que as mulheres possuíssem a racionalidade e a capacidade de observação desapaixonada e objetiva exigidas pelo pensamento científico. As mulheres podiam ser objetos da razão e da observação masculinas, nunca seus sujeitos. Somente os homens [...] que pertenciam à classe, raça e cultura corretas, eram vistos como detentores de capacidade inata para o raciocínio e a observação socialmente transcendentem”.¹⁹

Não existe uma teoria crítica geral e única do pensamento feminista, as diversas correntes teóricas existentes buscaram cada uma a seu modo, compreender por que e como as mulheres ocuparam uma condição de subordinação na sociedade. Em qualquer dessas correntes feministas existe o reconhecimento de que causas sociais, culturais e históricas estão imbricadas com a subordinação feminina, assim, a crítica feminista faz um apelo a essas correntes para contribuírem na compreensão das razões pelas quais as mulheres continuam nessa posição de subordinação. “A crítica feminista explícita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, seguida por uma revolta contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de

¹⁸ TAMANINI, Marlene. Sociologia de gênero e da sexualidade: contextos, conceitos e desafios. In: FAZZI, Rita, LIMA, Jair Araújo de. *Temas e questões contemporâneos da Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2019 (no prelo).

¹⁹ HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.1, 1993. p. 17.

sua história assim como na produção de conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação”.²⁰

O pensamento crítico feminista se produziu questionando o conhecimento totalizante e universalista predominante na ciência Ocidental, e que trazia marcas cognitivas, éticas e políticas de quem o criou, ou seja, marcas masculinas. A crítica feminista “partiu da condição de consciência histórica reconstruída, a qual possibilitou visibilizar um sistema de dominação masculino arraigado relativo às mulheres que se colocavam como substrato à produção do conhecimento científico dos homens”.²¹ Para não reproduzir as categorias do pensamento dominante, e para se contrapor aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais, foi necessário à crítica feminista assumir conceitos provisórios relativos a abordagens teóricas não definidas e escapar da ordem simbólica dominante.

É necessário não procurar causas únicas, e sim, conceber processos que de “tão ligados entre si não possam ser separados”²² não buscar uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa, substituindo a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado. Fox-Keller e Helen Longino dentre as muitas que formaram um vasto campo de produção intelectual para se contrapor aos modelos universais de se fazer ciência. Posicionam-se contra uma topografia da subjetividade única, mostrando a multidimensionalidade bem como, demonstram como o lugar do sujeito que conhece é marcado por uma visão, um lugar. Segundo Harding, o eu que conhece é sempre parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser o outro, assim resgatando a situacionalidade também se resgata a relacionalidade. Conforme afirma Fox Keller: “Em particular procurei entender a gênese da divisão sexual e emocional do trabalho, tão conspicuamente dominante em minha própria geração, que rotulava mente, razão e objetividade como ‘masculinas’, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como ‘femininos’ e que, portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico”.²³

²⁰ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.16, v.1, 2008. p. 210.

²¹ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista..., p. 211.

²² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise..., p. 85

²³ FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cad. Pagu*, Campinas, v. 27, jul./dez. 2006, p. 15.

A crítica feminista incorpora o conceito relacional de gênero²⁴ e pressupõe que os atributos masculinos e femininos sejam definidos um em relação ao outro, e que os termos sexuais, feminino, masculino sejam utilizados com toda a sua historicidade e não somente considerá-los como auto evidentes. As relações de gênero se efetivam pelos tipos de relações que se produzem entre homens e mulheres ou que podem se produzir.

A densidade conceitual dessa categoria analítica tem sido fundamental para uma nova/outra prática de produzir ciência contribuindo para abordagens menos descritivas e, além disso, para as transformações sociais. A categoria de gênero centra-se nas identidades de sujeitos constituídos de pertencimento a coletividades socioculturais distintas, como também por categorias da cultura, raça/etnia, classe social, religiosidade, geração, entre outras. Essas mudanças provocadas pela crítica feminista produziram novos modos cognitivos de ver o mundo.²⁵ Ao contrário da neutralidade, a epistemologia feminista faz críticas à noção tradicional do sujeito que o coloca capacitado para acessar de forma confiável o mundo a partir de uma posição livre de nuances sociais ou de considerações corporais. O objetivo da epistemologia feminista é deixar explícito quem é, ou quem são os sujeitos, quem conhece, com que fim, quais os interesses e com qual capacidade de atuação.²⁶

No âmbito do pensamento feminista existe um crescimento crescente na reconsideração do papel dos elementos emocionais no conhecimento. Harding e outras feministas argumentam que um elemento essencial da objetividade é a consciência que o conhecedor científico necessita ter de suas suposições e de seus próprios valores e de que forma eles poderiam afetar suas crenças e teorizações. Uma relação emocional com o objeto de conhecimento não impossibilita que crenças e percepções que temos sobre o objeto seja contada como conhecimento.²⁷ No lugar de reprimir a emoção da epistemologia, é necessário repensar a relação entre conhecimento e emoção, e construir

²⁴ “O termo gênero foi introduzido na década de 1970 em tentativas de refrear o então avassalador determinismo biológico, no sentido de distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade de “sexo” biológico, construído como cromossomos, fisiologia e anatomia. Os deterministas biológicos, na época, como agora, fundamentavam certas características masculinas, como relações especiais agudas, na anatomia do macho. A popularidade do termo “gênero”, contudo, resultou em sua expropriação. Gênero, hoje, é com frequência usado impropriamente como uma palavra de código para “sexo”, “mulher” ou “feminista”. SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 45.

²⁵ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista..., p. 207-230.

²⁶ ADAN, Carme. *Feminismo y conocimiento: de la experiencia de las mujeres al Cíborg*. Galicia: Spiralia ensaio, 2006. p. 223-314.

²⁷ LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernesto. (orgs). *Compêndio de Epistemologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 505-545.

modelos conceituais que apresentem a relação mútua constitutiva e não oposição da razão com a emoção. Valor e emoção são necessários ao conhecimento, a investigação imparcial e o ideal de investigação desinteressada são mitos do cientificismo positivista, o que influenciou significativamente a epistemologia ocidental.²⁸ E assim pretende-se revisar o lugar da definição e da prática de cuidado, frequentemente tomada como trabalho emocional.²⁹

Jaggar sugere modelos epistemológicos que revelem a interação entre a forma como compreendemos o mundo e quem somos como pessoas, e “que aquilo que identificamos como emoção é uma abstração conceitual de um complexo processo da atividade humana que também envolve agir, sentir, avaliar”.³⁰ O que a construção teórica proposta demonstra é a “necessidade contínua e a interdependência de faculdades que nossa cultura abstraiu e separou umas das outras: emoção e razão, avaliação e percepção, observação e ação”.³¹ Para a autora, o modelo de conhecimento sugerido vai contra a hierarquização da ciência e qualquer tipo de dogmatismo fundamentalista.

Com base nessa perspectiva de análise, e compreendo que as próprias emoções como sujeito epistêmico possam exercer influência nas observações, valores, ações e pensamentos. Identifico a significativa contribuição que observações que pude fazer durante a realização de Rodas de Conversa com cuidadoras de diferentes casas-lares entre os anos de 2015 e 2017 e retomadas em 2019, trouxeram para discutir as narrativas e experiências no campo do cuidado em casas lares. Nessas rodas de conversa, as mulheres traziam suas experiências, dificuldades relacionadas ao trabalho de cuidar e algumas questões éticas, tensões enfrentadas nas relações do cuidado e, dependendo do interesse de cada uma, compartilhavam suas experiências trazendo elementos para discussão e reflexão.

Participavam aproximadamente 10 (dez) cuidadoras da cidade de Curitiba, discentes do curso de terapia ocupacional e eu estava como mediadora. Como ficar neutra diante de histórias de crianças marcadas pelo abandono e negligência, por

²⁸ JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

²⁹ SOARES, Ângelo. As emoções do *care*. In: Hirata, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). *Cuidado E Cuidadoras*. As Várias Faces do Trabalho do Care. São Paulo. Atlas, 2012.

³⁰ JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista...

³¹ JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção..., p. 179

violências narradas por essas cuidadoras? Os sentimentos compartilhados por elas como os de angústia, revolta, tristeza diante das violências e abusos cometidos com as crianças e adolescentes me afetaram, e também às estagiárias provocando reflexões e mudanças na forma de pensar possibilitando um novo olhar para esse campo do cuidado. A análise pela perspectiva de gênero me abriu caminhos para que percepções e sentimentos que experimentei durante as narrativas das cuidadoras pudessem ser considerados, e não negados; pudessem ser contextualizados, confrontados com outros fatos e, após uma análise crítica, serem contadas como conhecimento, para além das informações geradas nas entrevistas.

Posso também afirmar que certamente minha forma de analisar e discutir esses conteúdos narrados seria diferente, caso não considerasse essa minha localização social, meu lugar e momento da situacionalidade “...conhecedores interagem com os objetos de conhecimento, são afetados e modificados por eles”.³² Eu tinha dúvidas sobre a possibilidade de interagir com o objeto de conhecimento e a epistemologia feminista abre espaço para essa experiência. Para Longino,³³ a capacidade que temos de controlar nossas atitudes para com os objetos e sobre o grau de relacionamento que temos com eles - e não o controle sobre o objeto em si - permite que possamos entrar e sair da intimidade com eles. Seguindo essa ideia, a produção de conhecimento não precisa ser classificada como mais objetiva ou distorcida, e sim, é possível dizer que o nosso conhecimento de objetos é mediado parcialmente pela nossa orientação afetiva como o medo, o desejo, o amor, a indiferença.

A perspectiva de gênero me coloca frente a vários desafios. Um deles foi o de perceber meu olhar naturalizador frente ao trabalho dessas mulheres, ou seja, aceitando esse cuidar feito somente por mulheres. Esse objeto de conhecimento com o qual estou interagindo, está também me modificando. O que trago aqui é minha surpresa ao perceber, em contato com o campo empírico, o meu olhar naturalizador e não problematizador em relação as tarefas de cuidados com a casa e com as crianças nos espaços das casas lares. Ainda se esta constatação não me impedisse de ver e também de reconhecer a partir das observações no campo e do modo de pensar feminista que eu buscava uma relação de igualdade e respeito pelas práticas de cuidado realizadas pelas mulheres em casas lares. Esse lugar me levou a indagar: Como analisar metodologicamente pela perspectiva de

³² LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista..., p. 519.

³³ LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista..., p. 519.

gênero esse trabalho de cuidar se parto do pressuposto que o cuidar é parte do mundo das mulheres? Essa posição se oporia à desnaturalização defendida pela crítica feminista, e essa percepção, além de me surpreender, me localizou no modo feminista de pensar, ou seja, nesse campo conceitual definido pela epistemologia feminista a partir do qual adentrei, ao produzir conhecimento e nos sentimos tocados e modificados. Não estou pesquisando isolada do mundo, isenta e imparcial, estou inserida nele.

Contudo o texto contribui para apareça no âmbito da discussão acadêmica as mulheres que possuem as experiências das cuidadoras. O desejo é que este espaço de aprendizagem e produção de ciência para que se possa analisar criticamente a naturalização do cuidado, que constituindo-se parte integrante do cotidiano dessas mulheres. “Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, [...] clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto. Uma nova ideia da produção do conhecimento: [...] um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando com seus diferente pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto”.³⁴ Essa aproximação do agente epistêmico com seu objeto rompe com os antigos modelos hierárquicos de ciência e busca construir uma nova linguagem; as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão; questiona também a produção de conhecimento compreendida como processo racional e objetivo para atingir a verdade pura universal.

A epistemologia feminista se refere a uma abordagem da teoria do conhecimento que coloca a preocupação feminista no seu centro e traz uma forma de produção de conhecimento libertária e emancipatória. Isso não significa privilegiar o sujeito mulher, e sim, pensar nas relações sociais e sexuais, e não isoladamente nas mulheres.³⁵ “Tal fato possui o salutar efeito de eliminar a sugestão de que uma tese epistemológica deve ter um conteúdo distintivamente feminista ou relacionado ao gênero para que seja uma tese feminista. [...] Além disso, existem diferenças significativas entre filósofas feministas com referência a teses epistemológicas específicas, assim como existem diferenças significativas entre os filósofos em geral”.³⁶

³⁴ RAGO, Margarete. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Descobrimo historicamente o gênero. Compostela: CNT- Compostela, 2012. p. 12.

³⁵ RAGO, Margarete. *Epistemologia feminista, gênero...*

³⁶ LONGINO, Helen E. *Epistemologia feminista...*, p. 545.

4. Categorias de análise na perspectiva das críticas feministas ao determinismo

A crítica feminista contribuiu com a ciência introduzindo temas de interesse para as mulheres como a questão do aborto que a partir dos anos 1970 tornou-se uma questão de interesse filosófico e religioso devido a busca da descriminalização pelos países ocidentais. Esse tema estaria atingindo uma das ancoras da estrutura patriarcal, ou seja, a família. A crítica feminista alertou que a produção do conhecimento científico não pode estar distanciada da multiplicidade e diversidade dos atores sociais, de suas interações, ações, atividades e redes de sociabilidades, encontros e desencontros. Diante da necessidade evidenciada de integrar as mulheres como categoria sociológica e filosófica nas análises, a crítica feminista supera os determinismos biológicos, geográficos e sociais e rompe com o pensamento centrado nas díades: sujeito/objeto, razão/emoção ou imaginação, natureza/cultura. Essas díades negam todas as possibilidades de interdependências e de historicidade e se evidenciaram incompatíveis com a dimensão ontológica da condição intrínseca dos seres humano.

A outra construção ontológica foi a de reconhecer a existência de sujeitos sexuados, reconhecer diferentes etnias e raças e situados. A crítica feminista chama a atenção para a ausência das mulheres - como ator social - no campo de pesquisa o que leva outros atores a desempenharem papéis decorrentes dessa ausência. Alguns temas na dimensão do pessoal/privado ganham visibilidade na pesquisa científica e que estão centrados na crítica do patriarcado como a divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos/gênero, as relações de classes, as categorias associadas à apropriação individual e coletiva das mulheres, além de temas como violência conjugal, incesto, estupro, mutilações sexuais, prostituição, pornografia.³⁷ Alguns conceitos foram redefinidos pela crítica feminista possibilitando a inclusão de questões que dizem respeito tanto às mulheres como aos homens como: "... reprodução social, de socialização, dos papéis sexuais, de discriminação/desigualdade, entre outros, em função dos diversos conceitos, categorizações, linguagens culturais e simbólicas, como também dos diversos grupos e instituições, objetos do conhecimento".³⁸

Para melhor compreender as estratégias de exclusão das experiências femininas a crítica feminista contribuiu na maneira de ler os autores clássicos nos diversos campos

³⁷ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista..., p. 207-230.

³⁸ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista ..., p. 224

disciplinares. Nessa releitura as mulheres ficam invisibilizadas como participantes da estrutura social e suas experiências vividas nesse contexto foram pouco ou nada conhecidas e analisadas. O pensamento feminista contemporâneo formulou suas primeiras críticas à invisibilidade e ao silêncio vivido pelas mulheres enquanto participantes da estruturação social, e também denunciou o sistema de pensamento predominante, contrapondo-se aos argumentos naturalistas e essencialistas que os argumentos masculinistas impunham. “Não há nada de natural nas características definidas pela cultura ocidental como femininas ou como científicas. Ideais de masculinidade, feminilidade e ciência desenvolveram-se historicamente, informados e respondendo necessidade econômica de ter mulheres servindo como administradoras dos afazeres domésticos e os homens trabalhando fora de casa, e pelo desejo político de ter apenas homens proprietários votando em democracias participativas”.³⁹

Com as novas categorias, a crítica feminista incorporou as dimensões emocionais e subjetivas da vida como meio de existir e de conhecer entendendo que a razão e a objetividade não se constituem em recursos exclusivos da ciência pressupondo que o conhecimento pode ser produzido pelas mulheres. Para Longino, o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento e a construção de novos significados na interpretação do mundo. A crítica feminista introduziu outras perspectivas analíticas como também outros modos de pensar que rompem com as categorias dominantes da teoria social apresentando novos paradigmas à produção de conhecimento.

Com isso, a contribuição consiste na negação da perspectiva essencialista e binária não somente das experiências femininas plurais como parte da experiência social da modernidade, mas de outros sujeitos omitidos pelos discursos iluministas. Essa abertura para as alteridades contribuiu para que surgissem novas temáticas e categorias resultantes dessas experiências, tanto das mulheres como de outros grupos omitidos.⁴⁰ Para Schiebinger⁴¹ não existe um estilo feminino ou maneiras de conhecimento de mulheres, ou seja, mulheres não fazem ciência de um modo diferente. Defende a necessidade de se desenvolver ferramentas que possam reunir exemplos de como a análise de gênero altera a teoria ou a prática em subcampos específicos da ciência.

³⁹ SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou...*, p. 145.

⁴⁰ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista..., p. 207-230.

⁴¹ SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

A narrativa dos estudos de gênero é um lugar de perspectiva analítica e de práticas políticas, que estão preocupadas em mostrar a exclusão, a discriminação e a negação de um conjunto de pessoas, por causa de sua genitália, de sua sexualidade e de sua orientação sexual, ou por causa da não escuta das mulheres, porque a elas se negou sua capacidade reflexiva, negou-se seu lugar, sua autonomia, sua racionalidade e, como consequência, foram abjetadas do reconhecimento do seu eu como sujeito, de sua intimidade, de sua participação nas decisões das instituições, na cultura, no trabalho, na esfera do poder e nas decisões políticas”.⁴²

Para sintetizar e finalizar, os estudos pela perspectiva de gênero se debateram originalmente com os determinismos da biologia cuja demarcação colocava uma profunda contraposição moral, ética e política para homens e mulheres, e também definiram sua função, papel e relação social a partir de conteúdos diferentes e desiguais. Os estudos de gênero defendem a não universalidade das relações homens e mulheres e a não fixidez, e o seu surgimento representou a construção de um novo paradigma analítico que rompia com as teorias de causas únicas que proporcionava significativas tensões na relação entre desigualdade e igualdade, semelhante e diferente. A análise do cuidado pela perspectiva de gênero permitiu renomear minhas percepções sobre esses campos e propor processos de interpretação de narrativas com a propriedade de um campo de conhecimento, além de ser um caminho que possibilita dar voz às experiências silenciosas das cuidadoras de crianças e adolescentes acolhidos em casas lares.

⁴² TAMANINI, Marlene. Sociologia de gênero e da sexualidade...

Referências

ADAN, Carme. *Feminismo y conocimiento: de la experiencia de las mujeres al Cíborg*. Galicia: Spiralia ensaio, 2006. p. 223-314.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.16, v.1, p. 207-230, 2008.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* Diário Oficial da União. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2004.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Governo Federal, Brasília, 2004.

BRASIL. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. CNAS/CONANDA. Brasília/DF, 2009.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cad. Pagu*, Campinas, v. 27, jul-dez. 2006, p. 13-34.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.1, p. 7-31, 1993.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

KUHNEN, T. A. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios. *ethic@*, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 155-168, set. 2010.

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernesto. (orgs). *Compêndio de Epistemologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 505-545

MOLINIER, p. Ética e trabalho do *care*. In: *Cuidado e cuidadoras*. São Paulo: Atlas S.A., 2012. p. 29-43.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia Paperman. *Qu'est ce que le "care"?* Souci des autres, sensibilité, responsabilité. Paris : Payot, 2009.

PEREIRA, Ana Maria S. *Dimensões psicossociais das práticas de cuidado: Um olhar das mães sociais de casas lares*. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PIRES, Álvaro p. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154 - 211.

RAGO, Margarete. Epistemologia feminista, gênero e história. Descobrendo historicamente o gênero. Compostela: CNT- Compostela, 2012.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCHIENBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.1 5, p. 269-281, jun. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 1990.

SOARES, Ângelo. As emoções do *care*. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org.). *Cuidado E Cuidadoras*. As Várias Faces do Trabalho do Care. São Paulo,: Atlas, 2012.

TAMANINI, Marlene. Sociologia de gênero e da sexualidade: contextos, conceitos e desafios. In: FAZZI, Rita, LIMA, Jair Araújo de. *Temas e questões contemporâneos da Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2019 (no prelo).

TAMANINI, Marlene. Para uma metodologia do cuidado:teorias e políticas. In: TAMANINI et al. (Org). *O Cuidado em Cena*. Florianópolis: UDESC, 2018, p. 35-69.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: Bordo, Susan, JAGGAR, Alison. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

TRONTO, Joan C. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

ZELIZER, Viviana. A economia do care. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391, set.-dez. 2010.

Como citar este artigo/How to cite this article:

PEREIRA, Ana Maria Silvello; TAMANINI, Marlene. Decisões teórico metodológicas para uma aproximação do cuidado realizado por mulheres nas casas-lares. *Revista Instituto Política por.de.para Mulheres*, Curitiba, v.1, n.1, p. 121-142, jan./abr. 2020.
